



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

28/01/2011

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CARTÓRIOS.....	1
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. COMARCAS.....	2
2.2. FORAGIDOS.....	3 - 5
2.3. JULGAMENTOS.....	6 - 7
2.4. PRESIDENTE.....	8
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. CARTÓRIOS.....	9
3.2. FORAGIDOS.....	10
3.3. PRESIDENTE.....	11
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. AVISO.....	12
4.2. CARTÓRIOS.....	13
4.3. COMARCAS.....	14 - 15
4.4. HOMENAGEM.....	16 - 18
4.5. JULGAMENTOS.....	19 - 23
4.6. PRESIDENTE.....	24 - 25
4.7. SINDJUS.....	26
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. JULGAMENTOS.....	27 - 29
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. JULGAMENTOS.....	30 - 31
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	32
7.2. CARTÓRIOS.....	33
7.3. DESEMBARGADORES.....	34
7.4. FORAGIDOS.....	35
7.5. HOMENAGEM.....	36
7.6. JULGAMENTOS.....	37 - 38
7.7. PRESIDENTE.....	39
8. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
8.1. CARTÓRIOS.....	40
8.2. FORAGIDOS.....	41
8.3. JULGAMENTOS.....	42

Ordem de preenchimento de cartórios vagos será definida por sorteio

A Corregedoria Geral da Justiça realizará audiências públicas em 3 de fevereiro - às 9h e às 9h30, no gabinete do corregedor Antonio Guerreiro Júnior - para definir a ordem de preenchimento de seis serventias extrajudiciais vagas em São Luís: quatro tabelionatos de notas, um tabelionato de protestos e um ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas. A ordem será estabelecida por sorteio. As vagas só serão preenchidas de fato por concursos públicos - ainda sem data definida.

De acordo os editais, estão vagos o 6º, 7º e 8º Tabelionato de Notas e o 2º ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas (Edital nº 001/2011) e 2º Tabelionato de Protestos e 5º Tabelionato de Notas (Edital nº 002/2011). Esses cartórios foram criados entre abril e julho de 2009, mas não foram instalados.

Sobre as audiências, o corregedor Antonio Guerreiro Júnior diz que elas irão definir os critérios dos próximos concursos públicos para ingresso e para remoção de titulares de atividades notariais e

de registro no Maranhão.

De acordo com o artigo 4º do regulamento desses concursos, as vagas serão preenchidas alternadamente. "Duas terças partes por concurso público de ingresso de provas e títulos, e uma terça parte por meio de remoção, mediante concurso de provas e títulos", cita.

Não será permitido que qualquer serventia notarial e de registro fique vaga, por mais de seis meses, sem a abertura de concurso de provimento ou de remoção, também menciona o regulamento.

"Quando vagas e criadas na mesma data, ou criada na mesma data e ainda não instaladas, a ordem... será estabelecida por sorteio, em audiência pública presidida pelo corregedor e convocada com cinco dias de antecedência", assinala ainda o parágrafo segundo do artigo 4º.

Os editais relativos às audiências foram publicados nessa quarta-feira, 26, no Diário da Justiça Eletrônico, e comunicados ao presidente do Tribunal de Justiça, Jamil Gedeon, e presidente da Anoreg-MA, Alice Brito.

Reforma e construção de fóruns serão monitoradas pelo TJMA

As obras de reforma e construção de fóruns nas comarcas do Judiciário estadual serão monitoradas por técnicos e engenheiros do Tribunal de Justiça do Maranhão. De acordo com cronograma divulgado pela Diretoria Geral, o acompanhamento das atividades das empresas licitadas será permanente. Inicialmente, as equipes de técnicos e engenheiros, coordenadas pela chefe de Divisão de Obras e Serviços do TJ, Tyara Oliveira, irão conferir o cumprimento das etapas das obras dos fóruns dos pólos de Pinheiro, Chapadinha, Caxias, Imperatriz e Santa Inês.

Homem é preso após oito anos foragido



Moisés Lima foi preso em Mato Grosso

Depois de oito anos foragido, foi preso no fim de semana passado na cidade Vera, no Mato Grosso, e transferido para São Luis, Moisés Martins Lima. Ele é acusado do crime de assassinar o escrivão da Polícia Civil, Ronald Nicácio Lopes de Castro. O crime aconteceu no dia 30 de março de 2002, no povoado Jacaré, no município de Penalva.

O fato teria acontecido em uma tocaia armada por Moisés Lima, juntamente com Raimundo Nonato Santos, conhecido como "Nonato Bregresso" e José Ribamar Mendes, o "Zé Bregresso", moradores dos povoados Bolsa e Capoeira, respectivamente. O assassinato, praticado a tiros, foi motivado pelo fato de Ronald Nicácio, que respondia pelo expediente da Delegacia de Penalva, es-

tar desenvolvendo uma campanha de combate à criminalidade no município, principalmente ao narcotráfico, tendo efetivado várias prisões, o que teria causado muitas insatisfações.

Conforme o delegado geral Nordman Ribeiro, após cometer o crime, Moisés Lima fugiu para o estado do Mato Grosso, onde foi localizado e preso. Ele se encontra no presídio de São Luis (Centro de Triagem) sob escolta de policiais lotados na Delegacia Geral da Polícia Civil do Maranhão.

Moisés tinha em seu desfavor um decreto de prisão preventiva da juíza Sara Ferranda Gama, da Comarca de Penalva. Os demais participantes do crime também já se encontram presos aguardando julgamento pelo Tribunal do Júri Popular.



RECAPTURADO

Seic prende foragido da Justiça em São Luís

Policiais da Superintendência Estadual de Investigação Criminal (Seic), comandados pelo Delegado Augusto Barros, prenderam, na manhã de ontem, próximo à Praça da Bíblia, Fredson Saraiva Dias, o "Gaguinho", 32 anos, morador da Avenida 13, casa 15, Conjunto Maiobão, município de Paço do Lumiar (MA), que estava foragido a três anos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Ele e sua quadrilha são acusados de vários assaltos na

Em 2007, Fredson "Gaguinho" foi condenado pela prática de assalto. Na época, o foragido e alguns comparsas, armados com revólveres, assaltaram a residência de uma juíza, de onde levaram vários pertences. Naquele ano, a Polícia investigou e prendeu "Gaguinho", que foi enquadrado no art. 157 do Código Penal Brasileiro (CPB), levado a julgamento e condenado a oito anos de prisão. Cumpriu dois anos e nove meses da pena, sendo beneficiado com o regime semi-aberto, quando tinha

permissão de sair durante o dia para trabalhar em uma loja de peças de bicicletas e retornar à Penitenciária durante a noite. Em dezembro de 2007, resolveu não retornar, sendo desde então considerado foragido da Justiça

PERIGOSO E VIOLENTO
- Já na condição de foragido, Fredson "Gaguinho" voltou à vida de crimes. No dia 5 de julho de 2010, em companhia de outros comparsas, assaltou Luis Francisco Castro, proprietário de um depósito de bebidas no Parque Pindorama, de onde levaram R\$ 8 500, um relógio de Mido, de ouro. De quebra, os assaltantes pegaram a chave de um Celta azul escuro, de propriedade da vítima, e danificaram o painel, para que não fossem perseguidos.

Não satisfeitos, "Gaguinho" e seus comparsas, que estavam armados de revólveres e facas, passaram a agredir fisicamente Luis Francisco Castro, antes de tomarem rumo ignorado.

INVESTIGADO NA SEIC
- Depois da prisão, o foragido

"Gaguinho" foi recombado para a sede da Deic, na avenida Beira-Mar, onde várias vítimas compareceram ontem para fazer o reconhecimento do perigoso assaltante. O Delegado Augusto Barros está trabalhando para localizar e prender os comparsas do até então foragido. Depois de comunicada sua prisão à Justiça, o assaltante "Gaguinho" foi encaminhado ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde cumprirá sua pena, que terá mais agravantes.



Fredson Saraiva Dias, o 'Gaguinho'

Justiça decide que vale eleição de José Augusto



Reitor José Augusto

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, cassou, ontem à tarde, a liminar concedida pelo desembargador Raimundo Melo que anulava a eleição para reitor da UEMA e determinava a anulação da nomeação do reitor José Augusto Oliveira, pela governadora Roseana Sarney.

PÁGINA 2

NA UEMA

Justiça decide que vale eleição de José Augusto

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, cassou, ontem à tarde, a liminar concedida pelo desembargador Raimundo Melo que anulava a eleição para reitor e vice-reitor da UEMA e determinava a anulação das nomeações dos professores José Augusto Oliveira e Gustavo Costa. O Mandado de Segurança havia sido impetrado pela ex-candidata Iva Souza, 5ª colocada na eleição da UEMA, contra ato da Governadora do Estado.

Os argumentos dos recursos formulados por José Augusto e pela Procuradoria Geral do Estado foram acatados pelo presidente do Tribunal de Justiça. Ele decidiu que "em julho de 2006, quando exercia, como Vice-Reitor, a Reitoria, José Augusto disputou as eleições e figurou na lista triplíce

para o cargo de Reitor, sendo nomeado pelo então Chefe do Executivo e empossado no cargo de Reitor para o mandato de 01.01.2007 a 31.12.2010. Esta, portanto, foi a sua primeira condução propriamente dita ao cargo de Reitor, decorrente de eleição, como se depreende do mencionado Parecer. Logo, nas eleições recentes, disciplinadas pelo Edital n. 001/2010, inscreveu-se ele como candidato à reeleição, tendo, assim, disputado a sua segunda eleição e obtido votos suficientes para figurar na lista triplíce, sendo nomeado para o seu segundo mandato".

O Presidente do TJ, desembargador Jamil Gedeon, confirmou a decisão do desembargador Bayma Araújo, de dezembro de 2010, que já tinha sido favorável a José Augusto.

Conselheiro do CNJ, Leomar Amorim, visita o TJMA

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Jamil Gedeon, recebeu na manhã de ontem (27), a visita do conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Leomar Barros Amorim. Desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Amorim foi indicado ao CNJ pelo Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, em março de 2009. Foi a primeira visita institucional do conselheiro ao Tribunal de Justiça do Maranhão.

O desembargador Jamil Gedeon considerou positiva a visita do conselheiro do CNJ para o fortalecimento do relacionamento institucional. Na ocasião, Gedeon falou dos investimentos que estão sendo feitos na informatização e modernização do Judiciário maranhense objetivando tornar mais ágil a presta-

ção jurisdicional.

"Temos feito inúmeros investimentos visando garantir melhorias significativas no Judiciário do Maranhão, especialmente na Justiça de 1º Grau, principal prioridade da nossa gestão e para onde estão sendo direcionadas várias ações voltadas para a infraestrutura dos órgãos jurisdicionais e disponibilização de equipamentos que possam assegurar uma prestação jurisdicional mais eficiente", ressaltou o presidente, acrescentando que "todas as ações institucionais do TJMA são definidas com base em estatísticas a partir do planejamento estratégico".

O conselheiro Leomar Barros Amorim, por sua vez, disse que o encontro foi muito profícuo e elogiou o empenho do presidente do TJMA, Jamil Ge-

deon, para aprimorar a Justiça em benefício da sociedade.

Ele afirmou que os tribunais têm que manter uma posição de independência, mas que é muito importante para o CNJ o diálogo com as Cortes de Justiça brasileiras, para que haja sintonia na definição das estratégias e diretrizes do Poder Judiciário.

Participaram do encontro a vice-presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, os desembargadores Antonio Bayma, Paulo Velten, Benedito Belo, Anildes Cruz, José Joaquim Figueiredo, a coordenadora do Núcleo de Planejamento Estratégico, juíza Sônia Amaral, e os magistrados Raimundo Bogéa e José Nilo, respectivamente, juízes auxiliares do Tribunal e da Corregedoria Geral da Justiça.

SÃO LUÍS

Cartórios vagos serão preenchidos em audiências

A Corregedoria Geral da Justiça realizará audiências públicas em 3 de fevereiro - às 9h e às 9h30m, no gabinete do corregedor Antonio Guerreiro Júnior - para definir a ordem de preenchimento de seis serventias extrajudiciais vagas em São Luís: quatro tabelionatos de notas, um tabelionato de protestos e um ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas.

Esses cartórios foram criados entre abril e julho de 2009, mas não instalados. Não será necessária a inscrição de interessados, que serão conhecidos por sorteio.

Sobre as audiências, o corregedor Antonio Guer-

reiro Júnior diz que elas irão definir os critérios dos próximos concursos públicos para ingresso e para remoção de titulares de atividades notariais e de registro no Maranhão.

De acordo com o artigo 4º do regulamento desses concursos, as vagas serão preenchidas alternadamente. "Duas terças partes por concurso público de ingresso de provas e títulos, e uma terça parte por meio de remoção, mediante concurso de provas e títulos", cita.

Não será permitido que qualquer serventia notarial e de registro fique vaga, por mais de seis meses, sem a abertura de concurso de provimento ou de remoção, também menciona o

regulamento.

"Quando vagas e criadas na mesma data, ou criada na mesma data e ainda não instaladas, a ordem... será estabelecida por sorteio, em audiência pública presidida pelo corregedor e convocada com cinco dias de antecedência", assinala ainda o parágrafo segundo do artigo 4º.

Os editais relativos às audiências foram publicados nessa quarta-feira, 26, no Diário da Justiça Eletrônico, e comunicados ao presidente do Tribunal de Justiça, Jamil Gedeon, e presidente da ANOREG-MA, Alice Brito.

AÇÃO

Seic prende foragido da justiça na capital

Policiais da Superintendência Estadual de Investigação Criminal prenderam, nesta quinta-feira, 27, Fredson Saraiva Dias, de 32 anos que estava foragido a três anos da Penitenciária de Pedrinhas.

Na época, Fredson foi condenado pela prática de assalto. Durante o cumpri-

mento da pena, recebeu o benefício do regime semi-aberto, quando

tinha a permissão de sair durante o dia para trabalhar em uma loja de peças de bicicletas e retornar à Penitenciária durante a noite. Em dezembro de 2007, resolveu não retornar, sendo considerado fo-

ragido da Justiça.

Segundo informações policiais, Fredson teria envolvimento em uma série de assaltos ocorridos na Região Metropolitana de São Luís. Fredson será encaminhado à Penitenciária de Pedrinhas, onde ficará a disposição da justiça.

ENCONTRO POSITIVO

Conselheiro do CNJ visita presidente do Tribunal

presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Jamil Gedeon, recebeu na manhã de ontem quinta-feira, 27, a visita do conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Leomar Barros Amorim. Desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Amorim foi indicado ao CNJ pelo Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, em março de 2009. Foi a primeira visita institucional do conselheiro ao Tribunal de Justiça do Maranhão.

O desembargador Jamil Gedeon considerou positiva a visita do conselheiro do CNJ para o fortalecimento do relacionamento institucional. Na ocasião, Gedeon falou dos investimentos que estão sendo feitos na informatização e modernização do Judiciário maranhense objetivando tornar mais ágil a prestação jurisdicional.

"Temos feito inúmeros investimentos visando garantir melhorias significativas no Judiciário do Maranhão, especial-

mente na Justiça de 1º Grau, principal prioridade da nossa gestão e para onde estão sendo direcionadas várias ações voltadas para a infraestrutura dos órgãos jurisdicionais e disponibilização de equipamentos que possam assegurar uma prestação jurisdicional mais eficiente", ressaltou o presidente, acrescentando que "todas as ações institucionais do TJMA são definidas com base em estatísticas a partir do planejamento estratégico".

O conselheiro Leomar Barros Amorim, por sua vez, disse que o encontro foi muito produtivo e elogiou o empenho do presidente do TJMA, Jamil Gedeon, para aprimorar a Justiça em benefício da sociedade.

Ele afirmou que os tribunais têm que manter uma posição de independência, mas que é muito importante para o CNJ o diálogo com as Cortes de Justiça brasileiras, para que haja sintonia na definição das estratégias e diretrizes do Poder Judiciário.

**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2011 - Processo n.º 32.008/2010**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública que fará realizar sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Resolução n.º 01/2004 TJ-MA, Decreto Estadual n.º 24.629/08, e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, a abertura de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, Tipo MAIOR DESCONTO, por ITEM, pelo Sistema de Registro de Preços, para Contratação de empresa habilitada e especializada na prestação de serviço de reserva, emissão, marcação e remarcação de passagens aéreas nacionais e internacionais, às 09:30 horas (horário local) do dia 31/01/2011, sendo presidida por Pregoeira Oficial do TJ/MA, na Sala da CPL (Sala 03) do Prédio da Diretoria Administrativa, situado na Rua de Nazaré, 173, Centro, São Luis-MA.

A Pregoeira informa que o edital se encontra disponível na Divisão de Licitação e Contratos, sito à Rua de Nazaré, nº 173, Centro, São Luis- MA, podendo ser copiado mediante a entrega de mídia disquete, CD-R ou pen-drive.

São Luis, 13 de janeiro de 2011.
KEILA DANIELA CANTANHÊDE
Pregoeira TJ/MA

**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2011 - Processo n.º 14677/10**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto n.º 5.450/05, do Decreto Estadual n.º 26.645/10 e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, para a aquisição de solução corporativa informatizada de sistema integrado de gestão de patrimônio e almoxarifado, com fornecimento dos códigos fonte ao TJMA, no dia 10/02/2011, às 10:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeira Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Joaquim Távora, 173, Centro, CEP 65010-410, São Luis-MA. A pregoeira informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luis, 27 de janeiro de 2011.
EVILENE CABRAL LIMA
Pregoeira TJ/MA

**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2011 - Processo n.º 30.082/2010**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, do Decreto Estadual n.º 26.645/10 e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO, por ITEM, para aquisição de licenças de uso do software MS Project 2010, no dia 14/02/2011, às 16:30 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeira Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua de Nazaré, 173, Centro, CEP 65.010-410, São Luis- MA. A pregoeira informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br. São Luis, 26 de janeiro de 2011.

São Luis, 26 de janeiro de 2011.
FLÁVIA GOMES XIMENES ARAGÃO
Pregoeira Oficial TJ/MA

Sorteio definirá ordem de preenchimento de cartórios vagos em SL

Ainda sem data definida, vagas serão preenchidas por concursos públicos, informa Corregedoria

A Corregedoria Geral da Justiça realizará audiências públicas em 3 de fevereiro - às 9h e às 9h30, no gabinete do corregedor Antonio Guerreiro Júnior - para definir a ordem de preenchimento de seis serventias extrajudiciais vagas em São Luís: quatro tabelionatos de notas, um tabelionato de protestos e um ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas. A ordem será estabelecida por sorteio. As vagas só serão preenchidas de fato por concursos públicos - ainda sem data definida.

De acordo os editais, estão vagos o 6º, 7º e 8º Tabelionato de Notas e o 2º ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas (Edital nº 001/2011) e 2º Tabelionato de Protestos e 5º Tabelionato de Notas (Edital nº 002/2011). Esses cartórios foram criados entre abril e julho de 2009, mas não foram instalados.

Sobre as audiências, o corregedor Antonio Guerreiro Júnior diz que elas irão definir os crité-

rios dos próximos concursos públicos para ingresso e para remoção de titulares de atividades notariais e de registro no Maranhão.

De acordo com o artigo 4º do regulamento desses concursos, as vagas serão preenchidas alternadamente. "Duas terças partes por concurso público de ingresso de provas e títulos, e uma terça parte por meio de remoção, mediante concurso de provas e títulos", cita.

Não será permitido que qualquer serventia notarial e de registro fique vaga, por mais de seis meses, sem a abertura de concurso de provimento ou de remoção, também menciona o regulamento.

"Quando vagas e criadas na mesma data, ou criada na mesma data e ainda não instaladas, a ordem será estabelecida por sorteio, em audiência pública presidida pelo corregedor e convocada com cinco dias de antecedência", assinala ainda o parágrafo segundo do artigo 4º.

Os editais relativos às audiências foram publicados quarta-feira no Diário da Justiça Eletrônico, e comunicados ao presidente do Tribunal de Justiça, Jamil Gedeon, e presidente da Anorge/MA, Alice Brito.

1ª Vara de Viana melhorou nível de operosidade

Em 2010, foram proferidas, em média, 80,33 sentenças por mês e realizadas 727 audiências, envolvendo 1.612 pessoas

VIANA - A 1ª Vara de Viana comemora os resultados de atividades em 2010. Durante o ano, 752 novos processos deram entrada na secretaria da vara. O juiz Mário Márcio de Almeida Sousa, titular, proferiu 285 sentenças cíveis, 74 criminais e 605 no Juizado Cível, alcançando 964 feitos.

Os números significam média mensal de 80,33 sentenças. "Tivemos operosidade bastante significativa", informou o magistrado.

A 1ª Vara realizou 727 audiências no ano passado, envolvendo 1.612 pessoas. Foram proferidos 3676 despachos e 1.101 decisões. O juiz presidiu 11 sessões do Tribunal do Júri.

O magistrado atua na 1ª Vara de Viana desde 2008. Nesse período, o número de processos julgados aumenta a cada mês, enquanto diminui o acervo de processos na unidade. Para efeito comparativo, em 2008 foram distribuídos 611 processos e julgados 709. No mesmo ano, ele proferiu 625 sentenças.

Em 2009, foram 863 novos processos na Vara, com 961 sentenças. Assim que assumiu

a titularidade, em dezembro de 2007, o acervo era de 2334 processos. Em janeiro de 2010, o número de feitos em andamento era de 2177. Hoje são aproximadamente 1950.

Melhoria - Os resultados positivos podem ser creditados também ao bom serviço dos servidores, destacou Mário Márcio Sousa. "Eles não mediram esforços para compensar o número insuficiente de colaboradores e a falta de estrutura física e de material", disse o juiz.

Outra observação importante refere-se à mudança das instalações do Fórum. Embora não seja o ideal, é bem melhor que o anterior, resultando em melhoria do desempenho.

"Antes da mudança, as duas varas de Viana funcionavam em prédio acanhado, sem condições de armazenar devidamente os processos, de instalar condignamente magistrados e servidores, bem como receber o público. Hoje a situação é melhor", lembrou o juiz.

O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior,

inspeccionou a Comarca de Viana em julho do ano passado e diagnosticou a necessidade de novo fórum. Em geral, os fóruns da região da Baixada funcionam em locais muito ruins. O de São João Batista fica próximo ao campo inundado e distante do perímetro urbano.

Mais

Em Viana, o prédio anterior era de tal forma inadequado que as audiências ocorriam nos gabinetes dos juizes, uma vez que não havia outro espaço disponível.



O juiz Mário Márcio Sousa conversa com o corregedor Guerreiro Júnior

Rusga

A ausência, por mais de uma semana, dos cinco promotores da Comarca de Bacabal, acentuou a rusga entre o Ministério Público e o Judiciário.

Titular da 2ª Vara de Bacabal, o juiz Roberto de Paula foi duro ao afirmar: “Em mais de 12 anos que estou na magistratura nunca tinha visto isso”.

Para ele, não importa se os promotores estão ou não regularmente afastados: “O que não pode é a Corregedoria do Ministério Público responder por quem está de licença ou de férias”.

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão movimentará o Judiciário estadual logo mais às 17h, quando entregará a medalha de mérito acadêmico a magistrados que concederam especial contribuição ao estudo do Direito e desempenharam relevantes serviços à ESMAM.

Código judiciário em nova edição

Desembargador Cleones Cunha lança hoje, às 17h, na Escola da Magistratura do Maranhão, quarta edição do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão

O desembargador Cleones Cunha lança hoje, às 17h, na Escola da Magistratura do Maranhão (Renascença II), a quarta edição revisada do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão – Lei Complementar n. 14/91, de 17 de dezembro de 1991. A publicação será apresentada durante solenidade de entrega da Medalha do Mérito Acadêmico Esmam ao presidente do Tribunal de Justiça do Mara-

nhão, desembargador Jamil Gedeon, e a outras autoridades do Poder Judiciário.

O livro é importante, principalmente, para Magistrados, advogados, membros do Ministério Público, defensores públicos, servidores do Judiciário e estudantes de Direito, uma vez que, além do próprio código, traz o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Judiciário, a relação de todas as comarcas e termos judiciários,

dos magistrados de 1º grau e dos fóruns com seus respectivos endereços e telefones.

Foram inclusos também a nova lei de custas e emolumentos com a nova tabela de custas reajustada no final de 2010 e a Lei 326, de 30 de dezembro de 2010, que criou a gratificação judiciária. Seguindo a linha das edições anteriores, a obra mantém a meta de trazer aos operadores do Direito a legislação mais atualizada possível do

Poder Judiciário do Maranhão, pois com o tempo a realidade do mencionado Poder muda regularmente, o que exige atualização dos princípios ali definidos, ganhando com isso não só a magistratura, como também a advocacia, o Ministério Público e a própria sociedade.

Inovações - Com mais de 400 páginas, Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão traz ainda no-

tas a respeito dos assuntos mais importantes do código e um índice temático para facilitar a consulta. As normas de organização judiciária são aquelas que regulam o funcionamento e a estrutura do Poder Judiciário. A publicação contém inovações, as quais devem ser assimiladas não só por profissionais que participam do cotidiano forense, como também por aqueles que fazem concursos públicos para o Judiciário, quando sem-

pre é solicitado dos candidatos conhecimentos sobre a matéria.

O autor é ex-presidente da Escola de Magistratura do Maranhão. Depois de exercer suas atividades judicantes nas comarcas de Vitorino Freire, São Bento, Coroatá e São Luís, assumiu, em 1998, a função de juiz corregedor da Corregedoria Geral da Justiça, sendo promovido no mesmo ano, por merecimento, para o cargo de desembargador do TJMA.

Serviço

• O quê

Lançamento do livro Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão

• Quando

Hoje, às 17h

• Onde

Escola da Magistratura do Maranhão (Renascença II)

Rápida

Posse

O desembargador Jaime Ferreira de Araújo acaba de conceder liminar mandando o presidente da Assembleia, Marcelo Tavares (PSB), empossar imediatamente o suplente Luiz Pedro (PTC) no lugar do deputado ficha-suja Chico Leitoa (PDT), que teve seu registro de candidatura cassado ainda em 2006. O desembargador estipulou multa diária de R\$ 100 mil em caso de descumprimento da decisão.

Justiça mantém reitor da Uema

Presidente do TJ, Jamil Gedeon, suspende liminar de desembargador e confirma a eleição e a validade da posse do reitor José Augusto Oliveira e do vice Gustavo Pereira da Costa. Ainda cabe recurso da decisão do magistrado. **Geral 5**

José Oliveira é mantido na reitoria da Universidade Estadual do Maranhão

Presidente do Tribunal de Justiça, Jamil Gedeon, suspende a liminar do desembargador Raimundo Melo que anulava a eleição da Uema e confirma o reitor no cargo

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador Jamil Gedeon Neto, suspendeu ontem a liminar do desembargador Raimundo Melo que anulava as eleições para a reitoria da Universidade Estadual do Maranhão (Uema) e confirmou a validade da posse do reitor José Augusto Oliveira e do vice Gustavo Pereira da Costa. Da decisão do presidente Jamil Gedeon, contudo, ainda cabe recurso.

O mandado de segurança foi impetrado pela professora universitária Iva Souza, quinta colocada na eleição da Uema, contra ato de nomeação do reitor

feito pela governadora do Estado, Roseana Sarney.

Os argumentos defendidos pelo reitor, no pedido de suspensão da liminar encaminhado ao Tribunal, foram acatados pelo presidente Jamil Gedeon. "Em julho de 2006, quando exercia, como vice-reitor, a reitoria, José Augusto disputou as eleições e figurou na lista tríplice para o cargo, sendo nomeado pelo então chefe do Executivo e empossado como reitor para o mandato de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2010. Esta, portanto, foi a sua primeira condução propriamente dita ao cargo de reitor, decorrente de eleição, como se depreende do men-

cionado parecer. Logo, nas eleições recentes, disciplinadas pelo Edital n. 001/2010, inscreveu-se ele como candidato à reeleição, tendo, assim, disputado a sua segunda eleição e obtido votos sufi-

Biaman Prado



O reitor José Augusto Oliveira deve permanecer como reitor da Universidade Estadual do Maranhão

Mais

A argumentação de defesa do reitor José Augusto Oliveira tomou como base a decisão do Conselho Superior da Uema (Consun), que autorizou a candidatura do reitor no mês de novembro de 2010.

cientes para figurar na lista tríplice, sendo nomeado para o seu segundo mandato", trecho da decisão do presidente Jamil Gedeon.

A decisão do presidente Jamil Gedeon ainda cabe recurso, até o julgamento do Pleno. O reitor José Augusto Oliveira não se pronunciou sobre a decisão do TJMA.

De acordo com o artigo 443 do regimento interno do TJMA, a reclamação é um recurso que serve para preservar a competência do tribunal ou garantir a autoridade das suas decisões. A reclamação é sempre julgada pelo plenário e direcionada ao presidente. Neste caso, a decisão liminar do desembargador Raimundo Melo não poderia ser sobreposta à decisão do desembargador Bayma Araújo, que foi proferida quando estava no exercício da presidência.

Histórico - A decisão favorável ao reitor corroborou a decisão anterior, do desembargador Bayma Araújo de dezembro de 2010, que já tinha sido favorável

a José Augusto. Na ocasião, o desembargador Bayma Araújo casou a liminar da juíza Luiza Neponucena que suspendia a candidatura do reitor.

A disputa pela reitoria da Uema ocorre desde o lançamento da candidatura de José Augusto Oliveira. Candidatos concorrentes dizem que ele não poderia participar das eleições porque este seria um terceiro mandato, o que é vedado pelo Estatuto e pelo Regimento da Reitoria da instituição.

José Augusto Oliveira assumiu pela primeira vez a reitoria da Uema com a saída do então reitor Waldir Maranhão em 2006. Em 2007, ele se candidatou e foi eleito.

Tarde demais

No apagar das luzes do mandato, o Tribunal de Justiça finalmente decidiu obrigar a Assembléia Legislativa a dar posse ao suplente Luís Pedro (PTC) no lugar de Chico Leitoa (PDT), que tem os direitos políticos cassados desde 2006.

A Assembléia pagará multa diária de R\$ 100 mil se não cumprir a determinação.

Problema: o mandato que Leitoa nem deveria estar exercendo, termina na próxima terça-feira.

Visita

O conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Leomar Barros Amorim, está em São Luís.

Ontem teve reunião com o presidente do Tribunal de Justiça, Jamil Gedeon, para falar sobre o planejamento estratégico do Judiciário maranhense.

Hoje, segundo a assessoria do CNJ, Leomar Amorim vai participar das comemorações pelo 25º aniversário da Escola Superior de Magistratura do Maranhão (Esmam).

Interesse

O desembargador Jamil Gedeon aproveitou a visita do conselheiro e mostrou projetos que irão modernizar, ampliar e informatizar o Poder Judiciário do Maranhão.

Gedeon mostrou dados sobre reforma, construção e ampliação de fóruns, programas para agilizar a tramitação de processos, e projetos de modernização da estrutura administrativa.

Amorim demonstrou interesse pelo que viu e ouviu.

Jamil Gedeon apresenta projetos do Tribunal de Justiça a membro do CNJ

Presidente do TJ-MA apresentou ao conselheiro Leomar Amorim o planejamento estratégico do tribunal e o programa de reestruturação do Judiciário estadual

Carla Lima
Da Editoria de Política

O conselheiro Leomar Barros de Amorim, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), participou ontem, no Tribunal de Justiça (TJ-MA), de uma reunião sobre o sistema de gestão de pessoal do Judiciário MentorRH, implantado há uma semana no tribunal maranhense.

Em seguida, Leomar Amorim foi recebido pelo presidente do TJ-MA, desembargador Jamil Gedeon Neto. No encontro, foi apresentado ao conselheiro do CNJ o planejamento estratégico do tribunal, o programa de reestruturação do Judiciário nas comarcas do interior e os projetos que imprimem mais agilidade e celeridade à Justiça maranhense.

Entre os números que reforçam o trabalho de modernização e informatização do Judiciário no estado estão a construção de seis novos fóruns em comarcas do interior, publicação de 26 editais de licitação para a construção, reforma e ampliação das sedes dos fóruns e a construção de salão de júri em três municípios maranhenses.

Independentes - "Temos feito inúmeros investimentos visando garantir melhorias no Judiciário do Maranhão, especial-

Mais

Desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Leomar Amorim foi indicado ao CNJ pelo Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, em março de 2009. Foi a primeira visita institucional do conselheiro ao TJ-MA. O conselheiro também participará hoje à tarde das comemorações do 25º aniversário da Escola Superior de Magistratura do Estado do Maranhão (Esmam).

mente na Justiça de 1º grau onde estão sendo direcionadas várias ações voltadas para a infraestrutura dos órgãos jurisdicionais e disponibilização de equipamentos que possam assegurar uma prestação jurisdicional mais eficiente", explicou Jamil Gedeon.

O conselheiro Leomar Amorim, por sua vez, disse que o encontro foi muito profícuo e elogiou o empenho do presidente do TJMA, Jamil Gedeon, para aprimorar a Justiça em benefício da sociedade.

Ele afirmou que os tribunais têm que manter uma posição de independência, mas que é muito importante para o CNJ o diálogo com as Cortes de Justiça brasileiras, para que haja sintonia na definição das estratégias e diretrizes do Poder Judiciário.



Jamil Gedeon recebe visita de Leomar Amorim na sede do tribunal

Governo cumpre decisão judicial sobre imposto

Federação ingressou com mandado de segurança, afirmando que o Estado há quatro anos não realizava o desconto

Em cumprimento a determinação judicial, o Governo do Estado efetuou desconto em folha nos vencimentos dos servidores efetivos, neste mês de janeiro, em favor da Federação Sindical dos Servidores Públicos do Maranhão (Fesep/MA), entidade filiada à Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB).

O valor é referente ao imposto recolhido pela entidade, que fez a reivindicação por meio de mandado de segurança, afirmando que o Estado há quatro anos não realizava o desconto. A dedução no contracheque do servidor equivale a 80% do valor de um dia trabalhado.

Por erro no sistema, em casos isolados o desconto foi feito de forma linear, não observando o tempo de serviço. Os servidores enquadrados nessa situação serão ressarcidos.

Os sindicatos e servidores es-

Mais

Cinco sindicatos fundaram aFesep. São eles. Os diretores representam os sindicatos fundadores da Federação. São eles: Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus), Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público de Santa Helena (Sintrasepm); Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos Municipais de Turilândia (Sinserep); Sindicato dos Guardas Municipais do Maranhão (Sigmema) e Sindicato dos Servidores do Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Sindsdetran).

tão reclamando, mas nesse processo o Governo do Estado, como empregador, desempenha apenas o papel de recolher e repassar o valor descontado em favor da Federação.

BOM JARDIM

TAC para votar orçamento 2011

DA REDAÇÃO

O Ministério Público Estadual teve que intervir para que os vereadores do município de Bom Jardim (distante 275 km da capital, no Oeste maranhense) garantissem a votação do Orçamento municipal para 2011. Os parlamentares assinaram, na última quarta-feira, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado perante o promotor de justiça, Marco Antônio Santos Ambrim, onde ficou acertado que a lei orçamentária deverá ser apreciada em sessão a ser realizada dia 10 de fevereiro, devendo o relatório confeccionado pela Comissão de Orçamento e Finanças ser entregue ao presidente

da casa, vereador Francisco Ferreira Lopes, até 7 de fevereiro.

O acordo, assinado por todos os nove membros da Câmara de Bom Jardim, põe fim a uma crise política que se arrastava desde meados de dezembro, quando a maioria dos parlamentares rejeitou o projeto de lei orçamentária enviado pelo prefeito Antônio Roque Portela.

Segundo o promotor, a não aprovação do orçamento durante a sessão legislativa do dia 15 de dezembro; convocada para esse fim, afronta preceitos da Constituição Estadual, em especial o artigo 161, parágrafo único, que determina que a sessão não será interrompida enquanto não for aprovado o projeto de lei orça-

mentária. “A desobediência a essa regra configura, assim, ato de improbidade administrativa”, afirmou.

Na última reunião da sessão legislativa de 2010, a maioria dos vereadores de Bom Jardim rejeitou o projeto de lei orçamentária encaminhado pelo chefe do executivo sob o argumento de que o documento não tramitou nas comissões no prazo regimental. A oposição sustenta ainda que houve irregularidade na votação da composição da nova mesa diretora para o biênio 2011-2012, fato que está sob apreciação do Poder Judiciário local. A tese é combatida pelo presidente da Câmara Municipal.

O retorno do reitor

O presidente do Tribunal
de Justiça cassa liminar e
mantém Augusto de Oliveira
no comando da Universidade
Estadual do Maranhão.

PÁGINA 12

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cai liminar que anulava nomeação de reitor

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ), desembargador Jamil Gedeon, derrubou a liminar concedida pelo desembargador Raimundo Melo que anulava a eleição para reitor e vice-reitor da Universidade Estadual do Maranhão (Uema) e que, por consequência, também determinava a anulação das nomeações dos professores José Augusto Oliveira e Gustavo Costa (como reitor e vice-reitor, respectivamente). O mandado de segurança que pedia anulação da eleição foi impetrado pela senhora Iva Souza, quinta colocada na eleição da Uema.

Gedeon acatou os argumentos dos recursos formulados por José Augusto Oliveira e pela Procuradoria Geral do Estado e decidiu que em julho de 2006, quando exercia, como vice-reitor, a Reitoria, José

Augusto disputou as eleições e figurou na lista tríplice para o cargo de Reitor, sendo nomeado pelo então Chefe do Executivo e empossado no cargo de Reitor para o mandato de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2010. Esta, compreendeu o presidente do TJ, foi a sua primeira condução propriamente dita ao cargo de reitor decorrente de eleição. No entender de Jamil Gedeon, nas últimas eleições, Oliveira inscreveu-se como candidato à reeleição, tendo assim disputado a sua segunda eleição e obtido votos suficientes para figurar na lista tríplice, e nomeado para o seu segundo mandato.

Na decisão, o presidente do TJ confirmou a decisão do desembargador Bayma Araújo, de dezembro de 2010, que já tinha sido favorável a Oliveira.

TJ cassa Liminar e confirma reitor da Uema no cargo

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon Neto, derrubou hoje à tarde a Liminar do desembargador Raimundo Melo e confirmou a validade da posse do reitor da Uema, José Augusto Oliveira.

No início da semana, Melo havia acatado ação impetrada por um dos adversários de Oliveira na campanha do ano passado e cassou a nomeação do reitor, anulando o processo eleitoral da Uema.

Leia mais no: www.marcoareliodeca.com

Marcelo desobedece STF e mantém deputado ficha-suja

Depois da "patacoada" que foi a estreia da TV Assembleia, o presidente da Casa, Marcelo Tavares (PSB), está envolvido em mais uma confusão jurídico-política. Apesar de decisão do STF, ele vem se recusando a expurgar o deputado Chico Leitoa (PDT) da Casa.

Chico Leitoa exerceu mandato ilegalmente por 2 anos na Assembleia

Na sexta-feira da semana passada, o procurador regional eleitoral em exercício Juraci Guimarães Júnior encaminhou ofício ao presidente informando que todos os recursos que mantinham Chico Leitoa no cargo foram julgados improcedentes. O último foi analisado em 4 dezembro do ano passado pelo STF. A decisão foi publicada

no Diário da Justiça do dia 27 daquele mês.

Mesmo assim o ex-prefeito de Timon, que não pôde sequer ser candidato à reeleição por ter a ficha suja, deveria ter deixado definitivamente o Parlamento e ser substituído pelo suplente Luiz Pedro (PTC).

Como o presidente se recusa a cumprir decisão da mais alta Corte de justiça do país, Luiz Pedro ajuizou nesta quinta-feira pela manhã, no Tribunal de Justiça, mandado de segurança com pedido de liminar contra Marcelo Tavares para assumir a vaga que Chico Leitoa exerce ilegalmente. A única punição possível contra o presidente seria uma multa. A decisão a favor ou contra Luiz Pedro pode sair a qualquer momento.

Leia mais no: www.blogdodecio.com.br

AMMA manifesta apoio à indicação do juiz Márlon Reis para o STF

A Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), por decisão da sua Diretoria Executiva, manifesta apoio à indicação do seu associado, o juiz maranhense Márlon Reis, titular da Comarca de João Lisboa, para compor o quadro de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com o presidente da AMMA, juiz Brígido Lages, Márlon Reis reúne todas as qualidades imprescindíveis a um ministro integrante da corte máxima do Judiciário brasileiro, notadamente por sua luta contra a corrupção em todas as esferas de Poder.

Brígido Lages afirma ainda ser motivo de orgulho para a AMMA apoiar a indicação de um magistrado com as qualidades do juiz Márlon Reis, pela sua postura decente, ética e acima de tudo por ser um defensor intransigente da legalidade e da moralidade na vida pública.

A indicação de Márlon Reis para compor o STF foi uma iniciativa da Associação Brasileira dos Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais (Abramppe), entidade da qual é presidente. Márlon também é um dos coordenadores do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), rede que congrega 50 entidades e foi responsável pelo projeto que deu origem à Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10). A indicação de um ministro do STF cabe exclusivamente ao presidente da República. Depois da indicação, ele é aprovado após sabatina no Senado Federal.

Preenchimento de cartórios vagos será definido por sorteio

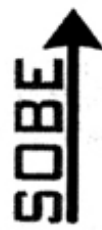
A Corregedoria Geral da Justiça realizará audiências públicas em 3 de fevereiro – às 9h e às 9h30, no gabinete do corregedor Antonio Guerreiro Júnior – para definir a ordem de preenchimento de seis serventias extrajudiciais vagas em São Luís: quatro tabelionatos de notas, um tabelionato de protestos e um ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas. A ordem será estabelecida por sorteio. As vagas só serão preenchidas de fato por concursos públicos – ainda sem data definida.

De acordo os editais, estão vagos o 6º, 7º e 8º Tabelionato de Notas e o 2º ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas (Edital nº 001/2011) e 2º Tabelionato de Protestos e 5º Tabelionato de Notas (Edital nº 002/2011). Esses cartórios foram criados entre abril e julho de 2009, mas não foram instalados.

Sobre as audiências, o corregedor Antonio Guerreiro Júnior diz que elas irão definir os critérios dos próximos concursos públicos para ingresso e para remoção de titulares de atividades notariais e de registro no Maranhão.

De acordo com o artigo 4º do regulamento desses concursos, as vagas serão preenchidas alternadamente. “Duas terças partes por concurso público de ingresso de provas e títulos, e uma terça parte por meio de remoção, mediante concurso de provas e títulos”, cita.

Não será permitido que qualquer serventia notarial e de registro fique vaga, por mais de seis meses, sem a abertura de concurso de provimento ou de remoção, também menciona o regulamento.

 O juiz Márlon Reis ganhou apoio da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) à sua indicação para compor o quadro de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

G. FERREIRA



Fredson Dias voltou a aprontar

Foragido da Justiça é capturado no Maiobão

Foragido da Justiça desde o ano passado, Fredson Saraiva Dias, 38 anos, foi capturado na manhã de ontem por policiais da Superintendência de Investigações Criminais (Seic), na casa de sua mãe, na Avenida 13, nº 15, no Conjunto do Maiobão, em Paço do Lumiar. As informações sobre o paradeiro de Fredson foram feitas por meio de denúncias anônimas.

Fredson foi condenado em 2006 por assalto à mão armada, tendo a sua progressão de pena em 2009, após ter cumprido dois anos e meio de prisão. Como apresentava bom comportamento, ele foi beneficiado com o regime semiaberto. Durante as saídas para o trabalho externo, ele não voltou para o albergue, situado no centro de São Luís, sendo considerado foragido da Justiça.

Assim que retornou ao convívio da sociedade, Fredson Dias voltou a realizar assaltos no Maiobão e em bairros da periferia de São Luís. O assalto mais recente foi realizado em julho do ano passado, onde a vítima Luís Francisco Castro, 60 anos, proprietário de um depósito de bebidas, foi abordado por Fredson e um comparsa quando distribua bebidas no Arraial "Cadê Você", situado na Avenida dos Africanos.

Os assaltantes levaram da vítima R\$ 8.500, um cordão de ouro e antes de fugirem, eles ainda agrediram o comerciante e o seu funcionário, identificado apenas como João com "panadas" de facão e tapas. De acordo com o delegado Augusto Barros, da Seic, Fredson Dias voltará para a Penitenciária de Pedrinhas onde terminará de cumprir o restante da pena, só que desta vez em regime fechado. (LC)

■ Escola da Magistratura

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão realizará sexta-feira um ato solene para entrega de medalhas a personalidades que contribuíram para o desenvolvimento do estudo do Direito.

Durante a solenidade, que acontecerá na sede da Escola, haverá o lançamento do Selo Esmam, em comemoração aos 25 anos da Escola, e da nova edição do Código de Organização Judiciária do Maranhão, de autoria do desembargador Cleones Cunha. Serão homenageados com a “Medalha do Mérito Acadêmico Esmam” os desembargadores Jamil Gedeon Neto, presidente do Tribunal de Justiça; Cleonice Freire, vice-presidente; Guerreiro Junior, corregedor-geral da Justiça; Antonio Rulli, do Tribunal de Justiça de São Paulo; e o juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Execuções Penais.

**REITOR DA UEMA É MANTIDO
NO CARGO ATÉ JULGAMENTO
PELO PLENO DO TJMA**

PÁGINA 3

Reitor da Uema é mantido no cargo até julgamento pelo pleno do TJMA

Em resposta à reclamação cível interposta pelo reitor da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), José Augusto Silva Oliveira, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Jamil Gedeon, decidiu ontem suspender, provisoriamente, os efeitos da decisão liminar proferida pelo desembargador Raimundo Melo, na segunda-feira (24), que anulava as eleições da universidade para o quadriênio 2011-2014.

Na decisão, o presidente defere, em parte, o pedido liminar dos reclamantes, ressaltando que os efeitos da liminar proferida estão suspensos até que o Tribunal Pleno julgue o mérito da reclamação da instituição de ensino superior. Da decisão ainda cabe recurso.

Na reclamação, o reitor eleito argumenta que a decisão do desembargador Raimundo Melo, em favor da candidata Iva Sousa da Silva, contraria o que já havia sido decidido pelo

desembargador Antonio Bayma que, em dezembro de 2010, no exercício da presidência do Tribunal, garantiu a Oliveira o direito de participar das eleições.

De acordo com o artigo 443 do regimento interno do TJMA, a reclamação é um recurso que serve para preservar a competência do Tribunal ou garantir a autoridade das suas decisões. A reclamação é sempre julgada pelo plenário e direcionada ao presidente.

Conselheiro do CNJ faz visita ao TJMA

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Jamil Gedeon, recebeu na manhã de ontem a visita do conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Leomar Barros Amorim. Desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Amorim foi indicado ao CNJ pelo Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, em março de 2009. Foi a primeira visita institucional do conselheiro ao Tribunal de Justiça do Maranhão.

O desembargador Jamil Gedeon considerou positiva a visita do conselheiro do CNJ para o fortalecimento do relacionamento institucional. Na ocasião, Gedeon falou dos investimentos que estão sendo feitos na informatização e modernização do Judiciário maranhense objetivando tornar mais ágil a prestação jurisdicional.

“Temos feito inúmeros investimentos visando garantir melhorias significativas no Judiciário do Maranhão, especialmente na Justiça de 1º Grau, principal prioridade da nossa gestão e para onde estão sendo direcionadas várias ações voltadas para a infraestrutura dos órgãos jurisdicionais e disponibilização de equipamentos que possam assegurar uma prestação jurisdicional mais eficiente”, ressaltou o presidente, acrescentando que “todas as ações institucionais do TJMA são definidas com base em estatísticas a partir do planejamento estratégico”.

O conselheiro Leomar Barros Amorim, por sua vez, disse que o encontro foi muito profícuo e elogiou o empenho do presidente do TJMA, Jamil Gedeon, para aprimorar a Justiça em benefício da sociedade.

Audiência pública definirá cartorários

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão realizará audiências públicas em 3 de fevereiro – às 9h e às 9h30, no gabinete do corregedor Antonio Guerreiro Júnior – para definir a ordem de preenchimento de seis serventias extrajudiciais vagas em São Luís: quatro tabelionatos de notas, um tabelionato de protestos e um ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas. A ordem será estabelecida por sorteio. As vagas só serão preenchidas de fato por concursos públicos – ainda sem data definida.

De acordo os editais, estão vagos o 6º, 7º e 8º Tabelionato de

Notas e o 2º ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas (Edital nº 001/2011) e 2º Tabelionato de Protestos e 5º Tabelionato de Notas (Edital nº 002/2011). Esses cartórios foram criados entre abril e julho de 2009, mas não foram instalados.

Sobre as audiências, o corregedor Antonio Guerreiro Júnior diz que elas irão definir os critérios dos próximos concursos públicos para ingresso e para remoção de titulares de atividades notariais e de registro no Maranhão. De acordo com o artigo 4º do regulamento desses concursos, as vagas serão preenchidas alternadamente. “

Jorge Ribeiro



Fredosn está de volta à prisão

Foragido da Justiça preso em São Luís pela polícia

Policiais da Superintendência Estadual de Investigação Criminal prenderam, ontem, 27, Fredson Saraiva Dias, de 32 anos, que estava foragido há três anos da Penitenciária de Pedrinhas, na zona rural de São Luís. Na época, Fredson foi condenado pela prática de assalto. Durante o cumprimento da pena, recebeu o benefício do regime semi-aberto, quando tinha a permissão de sair durante o dia para trabalhar em uma loja de peças de bicicletas e retornar à Penitenciária durante a noite. Em dezembro de 2007, resolveu não retornar, sendo considerado foragido da Justiça.

Reitor da Uema fica no cargo por decisão do TJ

Em resposta à reclamação cível interposta pelo reitor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), José Augusto Silva Oliveira, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Jamil Gedeon, decidiu, ontem, 27, suspender, provisoriamente, os efeitos da decisão liminar proferida pelo desembargador Raimundo Melo, na segunda-feira, 24, que anulava as eleições da universidade para o quadriênio 2011-2014. Na decisão, o presidente defere, em parte, o pedido liminar dos reclamantes, ressaltando que os efeitos da liminar proferida estão suspensos até que o Tri-

bunal Pleno julgue o mérito da reclamação da instituição de ensino superior. Da decisão ainda cabe recurso. Na reclamação, o reitor eleito argumenta que a decisão do desembargador Raimundo Melo, em favor da candidata Iva Sousa da Silva, contraria o que já havia sido decidido pelo desembargador Antonio Bayma que, em dezembro de 2010, no exercício da presidência do Tribunal, garantiu a Oliveira o direito de participar das eleições. De acordo com o artigo 443 do regimento interno do TJMA, a reclamação é um recurso que serve para preservar a competência do Tribunal ou garantir a auto-

ridade das suas decisões. A reclamação é sempre julgada pelo plenário e direcionada ao presidente.